

PERFIL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO DE CRIANÇAS DEFICIENTES E CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DO MUNICÍPIO DE BARREIRA, ESTADO DO CEARÁ, BRASIL

Alessandra Celly Fernandes Pereira¹, Maria Auxiliadora Bezerra Fechine²

Resumo: Diante de tantas mudanças que hoje vemos ocorrer na sociedade, surge um novo movimento, o da inclusão, que é consequência da visão de um mundo democrático, no qual pretendemos respeitar direitos e deveres. As pessoas que nascem possuindo algum tipo de deficiência são continuamente privadas de oportunidades de convivência com a família, da vida escolar, do acesso ao trabalho, entre outros. No âmbito da educação, dados oficiais atuais indicam que, embora as matrículas estejam aumentando na rede de ensino, as condições educacionais se mantêm desiguais para os estudantes com deficiência. O projeto visou conhecer a realidade sócio-educacional das crianças com deficiência, com idade entre 6 a 14 anos, no município de Barreira, Ceará, buscando averiguar as condições de acessibilidade em Barreira, afim de ampliar as condições já existentes nesse contexto. Diante dos resultados de ausência de acessibilidade adequada, é de suma importância que aconteça uma intervenção e auxílio no processo de inclusão por acessibilidade por meio de ações como a educação em saúde e preparação para os funcionários da escola, pais e estudantes, eliminando as barreiras arquitetônicas existentes, selecionando materiais e realizando adaptações na questão mobiliária, para que se crie condições para o deficiente participar com tranquilidade de tarefas em sala de aula e extraclasse. Vale ressaltar a importância deste tipo de ação, uma vez que interliga a prática acadêmica da Universidade nas suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da maioria da população.

Palavras-chave: Perfil clínico-epidemiológico. Deficiência. Acessibilidade. Inclusão.

INTRODUÇÃO

Diante de tantas mudanças que hoje vemos ocorrer na sociedade, surge um novo movimento, o da inclusão, consequência da visão de um mundo democrático, no qual pretendemos respeitar direitos e deveres. Uma sociedade aberta a todos, que estimula a participação de cada um, aprecia as diferentes experiências humanas e reconhece o potencial de todo cidadão é uma sociedade inclusiva, que tem como objetivo principal oferecer oportunidades iguais para que cada pessoa seja autônoma e autodeterminada. Para isso, é preciso saber como vivem as pessoas com deficiência, conhecer suas expectativas, necessidades e alternativas. É necessário se avaliar as dificuldades e conquistas desses excluídos e a possibilidade de concretização dos seus direitos: soluções simples e concretas para que possam ir e vir; planejamentos eficazes para que possam estar nas salas de aula;

¹ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências da Saúde, e-mail: alessandracelly@gmail.com

² Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências da Saúde, e-mail: auxiliadorafechine@unilab.edu.br

plena assistência à saúde; qualificação profissional; emprego; prática de esporte; cultura e lazer. Porém, existem muitas barreiras que dificultam este acesso como a falta de profissionais capacitados, ambientes não adaptados, escassez de sistemas de serviços ou políticas públicas destinadas a prestar apoio para esta população (INTERDONATO; GREGUOL, 2012).

A UNILAB em se tratando de um órgão público e com responsabilidade de uma atuação efetiva dentro da comunidade, através deste projeto propôs encurtar os laços entre a IES e a comunidade podendo colaborar na prestação de serviços para garantir os direitos de atendimento integral e inclusão social dos indivíduos portadores de deficiências.

METODOLOGIA

O Local de estudo foi o município de Barreira. O público-alvo foram crianças na faixa etária de 6-14 anos que estivessem frequentando ou não as escolas do município, de todos os sexos, condições sociais e deficiências, e cujos pais/responsáveis aceitaram em participar do projeto através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram excluídos da pesquisa, as crianças cujos pais/responsáveis não aceitaram em participar do projeto, e os casos de mudança de endereço para outro município ou óbito. O presente projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNILAB, obtendo aprovação, sob CAAE: 49356715.6.0000.5576.

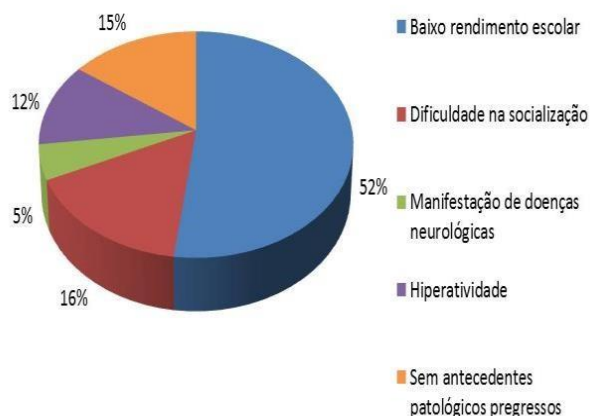
A partir dos registros da AARDB, foi preenchida a ficha com o nome das crianças portadoras de algum tipo de deficiência e seus endereços. Foi solicitada autorização do deficiente e/ou de seu responsável, respeitando os princípios éticos, com aplicação de questionário, contemplando aspectos sociais, educacionais e avaliação física dos casos. Em seguida, foi realizado diagnóstico da clientela (através de exames clínicos, antropométricos e funcionais). As escolas que possuem alunos portadores de necessidades especiais foram visitadas para avaliar as condições de acessibilidade. Procedeu-se então a coleta dos dados com o auxílio instrumental de um formulário padronizado. O banco de dados foi construído em base eletrônica Microsoft Excel 2010.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada em 9 escolas do município de Barreira. Foram 51 crianças portadoras de alguma deficiência as participantes da pesquisa. Dentre essas, 7 crianças são do sexo feminino e 44 do sexo masculino.

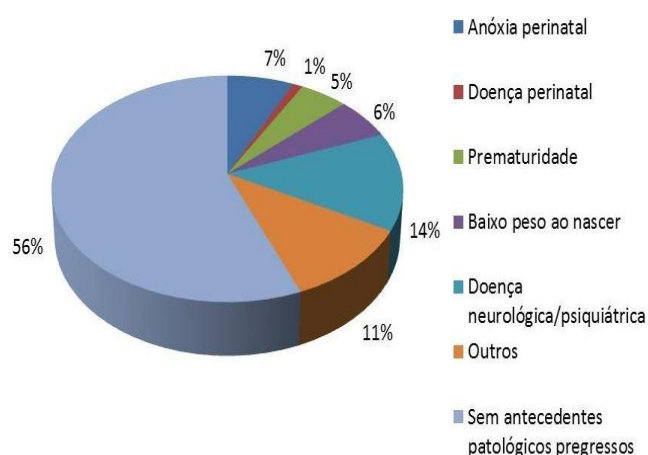
No questionário utilizado como instrumento para o conhecimento da situação particular de cada criança, havia informações pessoais como a idade, a escola, o endereço, nome do responsável, a escolaridade do responsável e itens para obter-se dados sobre a queixa principal, a história familiar pregressa e história patológica pregressa da criança.

FIG.1 Gráfico referente à queixa principal.



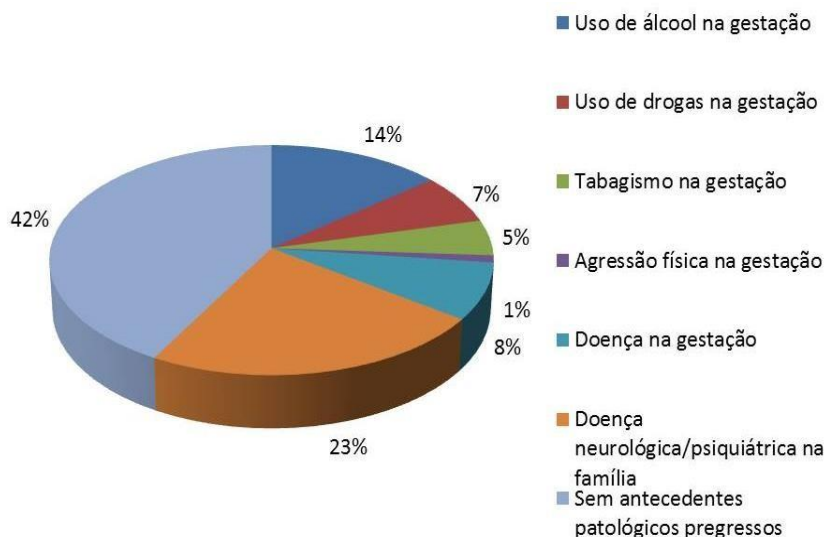
Fonte: Próprio autor.

FIG.2 Gráfico referente à história patológica pregressa da criança.



Fonte: Próprio autor.

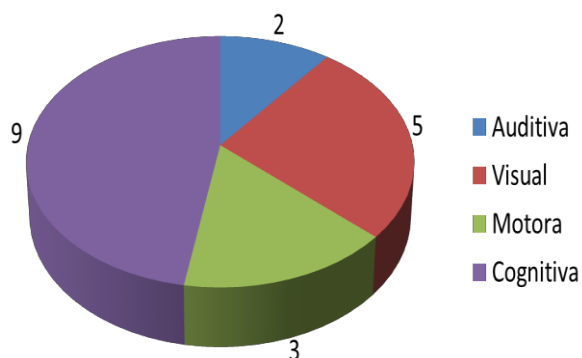
FIG.3 Gráfico referente à história familiar pregressa.



Fonte: Próprio autor.

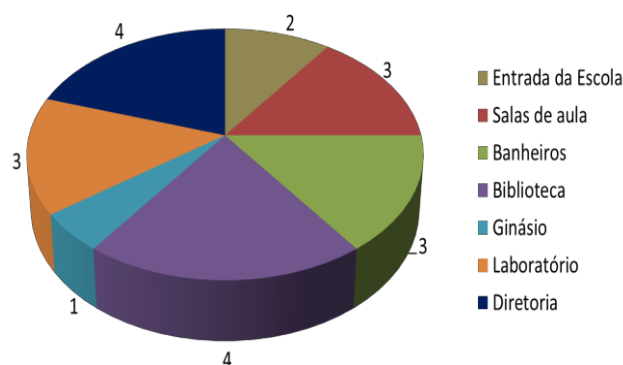
No questionário utilizado como meio para o dimensionamento da acessibilidade nas escolas havia informações básicas como o nome da escola e do diretor e informações específicas como uma confirmação da presença de alunos com algum tipo de deficiência, além de um outro item com os tipos de deficiências presentes entre os alunos e um questionamento sobre a acessibilidade aos vários lugares na instituição, como para a sala de aula, laboratórios, biblioteca, diretoria, entre outros.

FIG.4 Gráfico referente ao número real de escolas em que cada deficiência está presente.



Fonte: Próprio autor.

FIG.5 Gráfico referente aos locais específicos nas instituições com rampas de acesso com o número de escolas em que cada local citado há acessibilidade.



Fonte: Próprio autor.

Dessa forma, diante do exposto e visto que as pessoas que possuem alguma deficiência sofrem por algum tipo de exclusão com frequência, seja por falta de estrutura adequada que causa alguns impedimentos, como o de deslocar-se livremente, impossibilitando um dos direitos básicos do cidadão (SIQUEIRA et al, 2009) ou mesmo por tratamento interpessoal inadequado, pode-se afirmar que a educação inclusive surge como a única estratégia a ser utilizada nas escolas para que haja uma igualdade de direitos e uma valorização da diversidade. (MELO; MARTINS, 2007)

De acordo com a legislação educacional vigente, todas as crianças devem ter garantia de acesso, permanência e sucesso na escola. (BRASIL, 1990). Dessa forma, entende-se que para que essa socialização e os direitos educacionais sejam garantidos, é preciso que hajam mínimas condições de acessibilidade.

CONCLUSÕES

Nessa perspectiva, diante destes resultados, é de suma importância que aconteça uma intervenção e auxílio no processo de inclusão por acessibilidade por meio de ações como a educação em saúde e preparação para os funcionários da escola, pais e estudantes, eliminando as barreiras arquitetônicas existentes, selecionando materiais e realizando adaptações na questão mobiliária, para que se crie condições para o deficiente participar com tranquilidade de tarefas em sala de aula e extraclasse. (DURCE et., 2006)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar vida e sempre me conceder oportunidades de aprendizado. Aos meus familiares e amigos por todo apoio. À minha orientadora pela honra de poder participar desse projeto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Justiça. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências [legislação na internet]. Brasília; 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

INTERDONATO, G. C.; GREGUOL, M. **Promoção da saúde de pessoas com deficiência: uma revisão sistemática**. HU Revista, Juiz de Fora, v. 37, n. 3, p. 369-375, 2012.

MELO, F. R. L. V.; MARTINS, L. A. R. **Acolhendo e atuando com alunos que apresentam paralisia cerebral na classe regular: a organização da escola**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.13, n.1, p111-130, 2007.

SIQUEIRA, F. C. V.; FACCHINI, L. A.; PICCINI, R. X.; SILVEIRA, D. S.; TOMASI, E.; THUMÉ, E. **Barreiras arquitetônicas a idosos e portadores de deficiência física: um estudo epidemiológico da estrutura física das unidades básicas de saúde em sete estados do Brasil**. Ciênc. Saúde Coletiva, vol. 14, nem. 1, Rio de Janeiro, 2009.